



ESCOLAS DE REFERÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE ALUNOS SURDOS EM PORTUGAL: A PRÁTICA E O DISCURSO TEÓRICO NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA

**Karla Patrícia Ramos da Costa Beyer
Orquídea Coelho
José Alberto Correia**

Introdução

O estudo apresentado neste artigo adveio do desejo de entender-se melhor a teia de propostas e perspectivas, relativas às práticas pedagógicas no ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na educação de alunos surdos nas EREBAS (Escolas de Referência para a Educação Bilíngue de Alunos Surdos) por serem representadas como referência no ensino/aprendizagem dos alunos surdos em Portugal, as quais, contudo, ainda provocam profundas reflexões. Este trabalho de investigação constitui parte de uma tese de doutoramento em Ciências da Educação desenvolvida na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal. O estudo, desenvolvido em duas EREBAS no Norte de Portugal se refere à Educação dos alunos surdos nessa zona geográfica e tem como objetivo conhecer melhor o que vem sendo na prática de ensino da Língua Portuguesa (LP) como segunda Língua (L2) e o que se situa ainda apenas no plano do discurso teórico, legislativo e político.

Selecionamos para este artigo a análise de um item, Escolas de Referência para a Educação Bilíngue de Alunos Surdos (EREBAS), da nossa tese de Doutoramento, a qual trata das *estratégias pedagógicas utilizadas por Professores de Língua Portuguesa para alunos surdos em EREBAS em duas Cidades do Norte de Portugal*, cujos dados foram recolhidos por meio de



entrevistas realizadas com doze Professores de Língua Portuguesa (LP) como segunda Língua (L2).

Inicialmente, procederemos a uma breve contextualização teórica a fim de explicar a metodologia adotada no estudo e analisaremos alguns dos resultados obtidos.

Contextualização Teórica

A mudança geradora da educação bilíngue para alunos surdos nas Escolas de Referência para a Educação Bilíngue de Alunos Surdos (EREBAS) é, atualmente, um dos grandes desafios da educação para surdos. Isso porque atribui à escola a responsabilidade de deixar de excluir para incluir. Para tal, essa instituição precisa levar em consideração a diversidade dos alunos a fim de promover o sucesso de todos e de cada um, independentemente do grau da surdez e suas implicações, do grau de competência da segunda língua (L2) e/ou de outros comprometimentos relacionados ao processo de ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa na modalidade escrita, sempre respeitando as diferenças existentes em cada um dos alunos surdos (Afonso, 2004; Gomes, 2011; Coelho, 2013).

Tendo isso em vista, apresentaremos e comentaremos, neste artigo, alguns dados que consideramos mais importantes para termos uma melhor visão das Escolas de Referência na Educação Bilíngue para Alunos Surdos (EREBAS). Iniciaremos levantando algumas questões: O que ocorre quando um professor de uma EREBAS recebe em sua sala um aluno surdo? O que preconiza o Decreto-Lei nº3/2008 em relação à criação das Escolas de Referência na Educação Bilíngue para Alunos Surdos (EREBAS)? Qual a resposta educativa esperada pelos alunos surdos?

ESCOLAS DE REFERÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE ALUNOS
SURDOS EM PORTUGAL: A PRÁTICA E O DISCURSO TEÓRICO NO
ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA

Karla Patrícia R. da Costa-Beyer
Orquídea Coelho
José Alberto Correia



Os estudos realizados por Vaz (2013) permitem, embora de uma forma ainda imprecisa, entender algumas transformações, tais como o que a criação dessas escolas de referência potencializa em torno da educação dos alunos surdos. No entanto, o que fica evidente é a importância da língua – quer da Língua Gestual Portuguesa (LGP), quer da Língua Portuguesa (LP) – para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem da LP como L2 para alunos surdos assim como para a promoção da cidadania a partir do momento em que a experiência das Escolas de Referência para a Educação de Alunos Surdos (EREBAS) ultrapassa a estrita problemática da surdez para interrogar a própria escola na sua função e matriz social.

Ainda segundo Vaz (2013), as Escolas de Referência (EREBAS) adotam a seguinte perspectiva em relação ao princípio de inclusão e referência na educação dos alunos em questão:

Numa escola inclusiva só pode existir uma educação inclusiva, uma educação em que a heterogeneidade do grupo não é mais um problema, mas um grande desafio à criatividade e ao profissionalismo dos profissionais da educação, gerando e gerindo mudanças de mentalidades, de políticas e de práticas educativas (VAZ, 2013:217).

De fato, o conhecimento da atual situação educativa dos alunos em geral e, muito particularmente, dos alunos surdos, mostrou-nos que, nas EREBAS, muitos dos objetivos e princípios da escola inclusiva com proposta educacional bilíngue, enunciados pelos órgãos públicos responsáveis, ainda estão longe de serem postos em prática devido ao fato de a educação desses alunos continuarem a levantar problemas e dificuldades (ME/DGIDC, 2007; 2009).

Se, por um lado, há o reconhecimento da LGP (Língua Gestual Portuguesa) na Constituição da República, a aceitação do Sistema Bilíngue e a Criação das Escolas de Referência para a Educação Bilíngue de Alunos



Surdos (EREBAS), por outro lado, as estatísticas indicam-nos que os alunos surdos compõem um grupo desagregado dos ouvintes, portanto excluído na sala de aula, visto que a perspectiva de uma educação bilíngue numa EREBAS ainda não funciona de forma adequada e efetiva para esses alunos.

Em setembro de 2009, existiam 4.779 docentes de Educação Especial, segundo dados do Ministério da Educação, e esses docentes foram colocados por agrupamento de escolas, mediante levantamento das necessidades educativas dos alunos, constituindo-se, portanto, um grupo disciplinar com autonomia e estatuto próprio, à semelhança das disciplinas restantes. As EREBAS passam a receber os alunos com deficiência sensorial, dentre elas, a surdez, concentrando os recursos técnicos e humanos, para que os alunos tenham acesso ao currículo comum. Assim, em 2009, já havia 10 (dez) agrupamentos de Escolas de Referência para a Educação Bilíngue de Alunos Surdos (EREBAS) (Rodrigues & Nogueira, 2011).

Mas o que são as EREBAS? Segundo o Decreto-Lei nº3/2008 (artigo 4º, nº 2, alínea “a”), as Escolas de Referência para a Educação Bilíngue de Alunos Surdos (EREBAS) constituem uma resposta educativa especializada, desenvolvida em agrupamentos de escolas ou em escolas secundárias que concentram alunos surdos, em grupos ou turmas de alunos surdos. Essas respostas permitiam educar no ensino regular alunos com condições mais graves de deficiência, que tradicionalmente eram encaminhados para instituições.

Para isso, conforme Artigo 23º do mesmo Decreto-Lei entende-se por Educação Bilíngue de Alunos Surdos aquela que deve ser feita em ambientes bilíngues, os quais possibilitem o domínio da LGP, do Português escrito e, eventualmente, falado, competindo à escola contribuir para o desenvolvimento



linguístico dos alunos surdos, para a adequação do processo ao currículo e para a inclusão escolar e social.

Assim, passou-se a atribuir à Escola de Referência na Educação Bilíngue para Alunos Surdos (EREBAS) a responsabilidade de oferecer o ensino da Língua Portuguesa instrumental, funcional, além dos conteúdos da disciplina disponibilizada regularmente para os alunos surdos, independentemente das aulas regulares, uma vez que há consenso de que esses alunos apresentam geralmente dificuldades no uso dessa língua pela falta de contato com ela. Além dessa função, ainda cabe às EREBAS estudar e possibilitar o uso da LGP por todos os elementos da comunidade escolar.

Mas, segundo estudo feito por Gomes (2011), o Decreto-lei nº3/2008, apesar de se enquadrar no âmbito da Educação Especial, acabou indo de encontro a algumas das principais reivindicações da comunidade surda, nomeadamente a do reconhecimento da LGP enquanto expressão cultural da Comunidade Surda, cumprindo desse modo as orientações emanadas do Parlamento Europeu para a educação de alunos surdos.

Gomes (2011:120) ainda chama atenção para o fato de que foi preciso saber como tem decorrido a implementação desse documento no contexto das EREBAS e conclui dizendo que

“(…) é fundamental a criação da área curricular em LGP; da eficácia ainda há um trabalho muito grande a ser feito. É preciso que os alunos surdos tenham consciência daquilo que é fundamental, que a disciplina reflita a sua própria identidade e que, além disso, tenha uma vertente pedagógica para que a língua gestual não seja vista apenas como um adorno que se introduz no currículo, mas sim como essencial a educação desses alunos” (Gomes, 2011:121).

Para Vaz (2013), o desafio das Escolas de Referência está ligado ao conceito de “Escolas de Referência” que designa uma modalidade de escola na qual, no caso dos alunos surdos, se inscreve o bilinguismo como traço



distintivo. Se parece consensual a percepção de bilinguismo como o domínio simultâneo de duas línguas, a ideia de uma educação bilíngue, tal como entendida no contexto das escolas de referência, remeterá à noção de um bilinguismo transicional, no qual a LGP, entendida como L1, é utilizada apenas como veículo facilitador na transição para a LP, entendido como a L2 para alunos surdos. Muito embora já tenhamos o reconhecimento da LGP como 1ª língua dos alunos surdos, está ainda longe da noção de bilinguismo total bi letrado, a qual pressupõe o desenvolvimento de todas as habilidades nas duas línguas em todos os domínios. Segundo Almeida e colaboradores (2009), o projeto educativo, como elemento nuclear de orientação educativa deve, respeitando as orientações centralmente definidas e no pleno exercício da autonomia dos agrupamentos de escolas, constituir um instrumento de análise da especificidade de cada contexto educativo e de projeção de recursos a mobilizar e de objetivos e finalidades a perseguir.

As Escolas de Referência para o ensino bilíngue de alunos surdos garantem expressamente, no seu projeto educativo, as medidas de carácter organizativo e de funcionamento que permitem a oferta desta modalidade educativa, sendo competência dos diretores desses agrupamentos de escolas ou escolas secundárias garantirem a organização, o acompanhamento, orientação e o funcionamento da resposta educativa adequada à inclusão dos alunos surdos (Almeida et al., 2009).

Por sua vez, o projeto educativo, o regulamento interno e o plano anual de atividades devem refletir as dinâmicas propostas pelo agrupamento de escolas ou escola secundária voltada à consecução dos objetivos de educação bilíngue para alunos surdos e à inclusão da organização e do funcionamento, da planificação de atividades de natureza diversa (inclusive de articulação com



outros departamentos e outras estruturas educativas) dessa modalidade específica de educação.

Da estratégia à execução, a DGIDC do Ministério da Educação (Almeida et al., 2009) aponta algumas sugestões para a organização e funcionamento das escolas de referência:

- Criação de um grupo pedagógico e técnico-pedagógico constituído por profissionais responsáveis por intervir na educação dos alunos que integram as turmas de alunos surdos (docentes de educação especial, formadores de LGP/docentes de LGP, terapeutas da fala, intérpretes de LGP e diretores de turma). A constituição, organização e o funcionamento do grupo deverão constar no regulamento interno do agrupamento ou escola.
- Concepção de atividades especificamente dirigidas aos alunos surdos e que promovam uma interação mais alargada dos alunos na comunidade surda e uma melhor conscientização da sua identidade linguística e cultural, e essas atividades devem ser definidas no Plano anual.
- Realização de formação em LGP aos pais e outros familiares.
- Promoção da representação dos encarregados da educação dos alunos surdos na associação de pais da escola.
- Concepção de atividades de enriquecimento curricular, de complementos curriculares e extracurriculares dirigidas a todos os alunos da escola e especialmente aos alunos surdos que devem estar devidamente explícitas no Plano Anual de atividades.

Em relação às dificuldades na aquisição da 2ª língua (Língua Portuguesa oral e/ou escrita), consideramos que a maioria dos alunos surdos apresenta dificuldades em todos os níveis da Língua Portuguesa (fonológico, sonoro, semântico, interpretativo, sintático, estrutural, pragmático e funcional). Entretanto, esse fato não pode ser explicado unicamente pela surdez, pois uma série de fatores pode ser determinante para que esse cenário se modifique. Pesquisas de Quadros e Schmiedt (2006) confirmam tais dificuldades na medida em que destacam a responsabilidade da escola em buscar superá-las para oferecer ao aluno surdo um instrumental linguístico que os torne capazes de conversar, ler, escrever, ou seja, utilizar a língua portuguesa de forma funcional e produtiva.



Como defende Skliar (1997:134), a educação dos alunos surdos deve ser inscrita na discussão geral sobre a educação, mas isso “não significa apenas incluí-los, colocá-los fisicamente nas escolas comuns e/ou especializadas, mas sim hierarquizar os objetivos filosóficos, ideológicos e pedagógicos da educação dos alunos surdos”.

Ao mesmo tempo, observa-se na Escola de Referência para a Educação Bilíngue de Alunos Surdos que a Língua Gestual não tem o “status” que a Língua Portuguesa tem e o incentivo para que ela seja difundida ainda não ganhou a adesão dos integrantes escolares. Esse fato representa, de certa maneira, uma forma de exclusão que se faz silenciosamente. E, para compreendermos melhor os caminhos que até agora têm sido trabalhados pelos que se encontram envolvidos nesse processo, precisamos buscar informações na execução de propostas, pois é aí que podemos detectar entraves à consecução destas.

Desde a antiguidade, a escolha da forma de comunicação dos surdos foi sempre condicionada por fatores exteriores a ele. Foram sempre motivos de ordem política, econômica e cultural que determinaram esta ou aquela opção, e, na realidade, os ecos da fala do surdo não eram ouvidos. Sua participação na sociedade apresenta uma trajetória sobre a qual devem ser tecidas algumas considerações, dada sua peculiaridade (SKLIAR, 1999).

No que tange à identificação da opção linguística adotada pelos que participam desse processo de educação, tem-se que levar em conta alguns parâmetros que deverão ser orientadores para a aquisição de uma ou mais línguas. A falta de uma comunicação efetiva em uma das duas línguas representa ainda, na Escola de Referência Bilíngue, um dos maiores obstáculos a serem transpostos.



O conflito entre a LGP e o Português na educação dos surdos, reflexo das políticas linguísticas que não têm viabilizado os meios para que as ações se concretizem, permanece sem a solução esperada.

Qual é, então, a proposta, o plano pedagógico para os alunos surdos? Que metas e objetivos são seguidos? Até o momento não divisamos soluções para tais questionamentos, visto que as EREBAS estão em fase de iniciação quanto ao ensino-aprendizagem da LP como segunda língua.

Antes, contudo, de registrarmos os aspectos metodológicos da pesquisa que originou este artigo, apresentaremos, de forma breve, o cenário escolar de alunos surdos, o qual visitamos e no qual desenvolvemos o nosso estudo. Isso porque o consideramos de suma importância e a maneira mais adequada para conhecermos a realidade portuguesa da Educação Bilíngue para Alunos Surdos (EREBAS). Essas visitas constituíram, portanto, o nosso primeiro contato com o terreno em que realizamos a nossa pesquisa.

Caracterização do Cenário: Visitas às EREBAS

A primeira escola que visitamos, a qual chamamos de EREBAS A, situa-se em uma cidade do Norte de Portugal. Em seguida, realizamos a segunda visita a uma EREBAS que denominamos de EREBAS B (1º ciclo, 2º e 3º ciclos), também situada no Norte de Portugal. Nessas visitas, tínhamos presente a seguinte questão: Qual é a realidade das EREBAS (Escolas de Referência Bilíngue para Alunos Surdos)? É essa resposta que agora passaremos a registrar.

No DL3/2008, de 07 de Janeiro de 2008, decreta-se a criação de “Escolas de Referência Bilíngue para Alunos Surdos”, proclamando-se que



essas escolas “têm como objetivo principal aplicar metodologias e estratégias de intervenção interdisciplinares, adequadas a alunos surdos” (Ponto 4 do DL3/2008). Se atentarmos para o termo “referência”, associá-lo-emos de imediato ao conceito de “modelo”, “paradigma” e é precisamente essa a finalidade dessas escolas: serem referência, modelo, para outras escolas, implementando estratégias pedagógicas, reunindo recursos adaptados à especificidade das pessoas surdas, especificidade esta que se destaca em termos linguísticos, devido ao uso de outro código, a LGP. No entanto, nem sempre esses objetivos são alcançados e concretizados.

Assim e de acordo com documentos concebidos pelo Ministério da Educação de Portugal,

“as escolas de referência para a educação bilíngue têm uma responsabilidade educativa e social, competindo-lhes apostar fortemente na educação bilíngue, criando as necessárias condições de acesso ao currículo; adequar os ambientes e espaços educativos a especificidade das crianças e jovens surdos, designadamente com sinalização luminosa e outras acessibilidades; desencadear ações que permitam a identificação e atuação do Surdo na sua comunidade nacional e internacional; capacitar os alunos para viverem na sociedade; colaborar nas respostas às solicitações sociais da comunidade (autarquia, lazer, emprego, etc.) relativamente à criança e ao jovem Surdo”.

Teoricamente, essa lei apresenta-se como um documento que visa verdadeiramente ao crescimento educativo, linguístico, cultural e social dos alunos surdos. Porém, a concretização de todos os objetivos a que se propõe ainda não se vislumbra, pois muito falta para que isso se torne uma realidade nas EREBAS. Ainda não existe uma adaptação metodológica adequada à especificidade do aluno surdo, permanecendo, na mente dos docentes (neste caso, na disciplina de Português), a ideia equivocada de conseguirem “transformá-lo” num falante do Português, como se de um nativo se tratasse, avaliando-o como se o fosse.



Na primeira visita a EREBAS A, conversamos com o Coordenador do Departamento de Educação Especial dessa escola. As informações obtidas a partir dessa visita foram de grande valia e de suma importância para a nossa aproximação ao terreno escolar dos alunos surdos em Portugal, como já registramos acima.

Segundo esse Coordenador, a EREBAS A adquiriu o estatuto de estabelecimento de ensino de referência para o ensino bilíngue de alunos surdos em 11 de abril de 2008, embora já houvesse essa proposta educacional desde as décadas anteriores. Ele informou-nos ainda, nessa ocasião, o objetivo do projeto educativo (2010-2014) desse agrupamento em relação aos alunos surdos: proporcionar a eles o desenvolvimento das competências linguísticas – indispensável para uma formação que integre todas as dimensões –, contribuindo para a afirmação deles como pessoas.

Isso porque, em se tratando do ensino bilíngue para alunos surdos, a Língua Portuguesa (LP) e a Língua Gestual Portuguesa (LGP) são elementos de grande potencialidade implicados em todas as aprendizagens. Assim, o domínio da LP, língua de escolarização, e, no caso dos surdos, o domínio da LGP constituem aspecto de capital relevância em todo o processo de aprendizagem.

Tendo-se isso em vista, foi desenvolvido na EREBAS A o Projeto-escola de Literacia, norteado pela ideia de que as aulas de Português para os alunos surdos pudessem ser ministradas a partir do nível de Proficiência em Língua Portuguesa através do nível de literacia*, organizando esses alunos em grupos, conforme níveis de proficiência em Língua Portuguesa. Entretanto, só foi possível essa organização após a aplicação de um teste diagnóstico, a partir do qual esses alunos foram agrupados nos seguintes níveis: A1, A2 e B1.



Portanto, o “Projeto-escola de Literacia*” teve lugar nesta EREBAS por ser considerada pela comunidade surda e educativa como uma referência no ensino de alunos surdos no Norte de Portugal antes mesmo de o Decreto-Lei nº3/2008 tornar oficial a exigência na criação dessas escolas. A escola tem também uma população surda numerosa, desde os alunos em idade pré-escolar e em todos os ciclos de ensino até aos formadores docentes em LGP.

Faz-se necessário conceituar Literacia e segundo Soares (2003) consiste no processo de aquisição das habilidades mecânicas (codificação e decodificação) do ato de ler como também na capacidade de interpretar, compreender, criticar, ressignificar e produzir conhecimento. O aluno precisa encontrar os usos sociais da leitura e da escrita. A alfabetização envolve também o desenvolvimento de novas formas de compreensão e uso da linguagem de uma maneira geral. Assim como promove a socialização do indivíduo possibilitando o estabelecimento de novos tipos de trocas simbólicas com outros indivíduos, acesso a bens culturais e a facilidades oferecidas pelas instituições sociais.

Na realidade, existem também muitos alunos e profissionais ouvintes, beneficiando os alunos surdos de aulas específicas em algumas disciplinas de carácter mais teórico, como é o caso da Língua Portuguesa. A atenção à especificidade da surdez, tal como a integração entre surdos e ouvintes, torna-se visível, o que contribui para essa escola constituir-se como um terreno privilegiado para a implementação de um projeto de tal envergadura.

Na EREBAS A existiam, na época da conversa com o Coordenador (maio/2011), quarenta (40) alunos surdos matriculados até o nono (9º) ano de ensino. Em relação ao corpo docente, havia quatro (4) professoras de Língua Portuguesa, uma (1) de Educação Especial na intervenção precoce, uma (1)



professora surda, formadores ouvintes (aprovados após concurso), intérpretes de LGP e técnicos (terapeuta da fala, psicólogos, entre outros). Além disso, a escola disponibilizava aos alunos surdos um curso profissionalizante em cerâmica com objetivo de inseri-los no mercado de trabalho. Nesse curso, a aula era ministrada em LGP por uma professora ouvinte com fluência em LGP e com conhecimentos específicos sobre cerâmica e suas especificidades. No dia da visita à EREBAS A, estavam presentes seis (6) alunos surdos, e tivemos a oportunidade de vê-los em sala de aula nesse curso.

A segunda visita foi à EREBAS B, também localizada no Norte de Portugal, no dia 13 de maio de 2011, às 10h, com a coordenadora da escola. Nesse encontro, ficamos sabendo que a EREBAS B e B* também é considerada um agrupamento de referência na educação e ensino bilíngue de alunos surdos, conforme diz o Decreto-Lei nº 3/2008 e a entrevistada. É, também, um agrupamento com tradição e experiência na educação bilíngue de alunos surdos.

O projeto educativo dessa EREBAS para alunos surdos tem como objetivo principal a adoção de metodologias e estratégias de intervenção interdisciplinares adequadas a alunos surdos. A organização da resposta educativa deve ser determinada pelo nível da educação e ensino, ano de escolaridade, idade dos alunos e nível de proficiência linguística. Isso porque a EREBAS B tem como preocupação básica assegurar o desenvolvimento da LGP como primeira língua dos alunos surdos, assim como o desenvolvimento da LP (escrita) como segunda língua desses alunos, conforme prevê o Decreto-Lei nº 3/2008.

Os profissionais envolvidos na educação bilíngue de alunos surdos deste Agrupamento de Referência (EREBAS B), no ano letivo 2010-2011, eram



constituídos por oito (8) docentes de Educação Especial, dos quais quatro (4) são professores de Língua Portuguesa; seis (6) formadores de LGP; quatro (4) intérpretes de LGP; cinco (5) terapeutas da fala; um (1) professor de Educação Musical para turmas de alunos surdos no 1º ciclo; um (1) psicólogo (a solicitar, de acordo com protocolo celebrado pela Associação de Pais para a Educação da Criança deficiente auditivo/APECDA).

Além desses técnicos especializados, na EREBAS B há docentes das diferentes disciplinas e áreas curriculares e das AEC (Atividades Extracurriculares) bem como a coordenadora da Escola de Referência, que nos atendeu com muita atenção.

Em relação aos alunos, a situação da EREBAS B e B* é a seguinte: há turmas bilíngues do Pré-Escolar até o 3º ciclo e existem crianças surdas em apoio de intervenção precoce (0 a 3 anos) – havia cinco (5) alunos nesta faixa etária matriculados na época da visita, o que a tornava referência para educação bilíngue desses alunos.

O que mais nos chamou a atenção em relação a essa EREBAS foram as condições físicas do edifício, organizado para atendimento de todos os alunos: vinte (20) salas, nove (9) salas específicas, uma (1) sala de Educação Musical (EM), uma (1) sala de Educação Especial (EE), um (1) Laboratório CN-FQ, uma (1) Biblioteca-CRE, uma (1) cantina, um (1) pavilhão e ginásio, uma (1) secretaria, uma (1) sala de professores com bar, uma (1) sala do aluno com bar. Registramos essas informações para realçar o fato de, apesar de tratar-se de uma escola financiada pelo Estado (pública), ela possuir uma infraestrutura impecável e digna de ser referência.



METODOLOGIA

Neste trabalho, optamos por um estudo qualitativo, transversal de caráter descritivo e exploratório, a fim de verificar as estratégias pedagógicas utilizadas por Professores de Língua Portuguesa para alunos surdos em EREBAS em duas Cidades do Norte de Portugal. Utilizamos como instrumento uma entrevista semiestruturada, com algumas perguntas predeterminadas, porém abertas, buscando favorecer o aspecto dialógico no momento da entrevista, a qual dá condições ao entrevistado de discorrer livremente sobre o tema proposto. Para operacionalizarmos o nosso estudo, tal como já referimos, o grupo amostral foi constituído por 12 Professores de Língua Portuguesa para alunos surdos em EREBAS, assumindo, portanto, a perspectiva bilíngue de educação de alunos surdos. Esse número resultou dos contatos e visitas previamente realizadas, bem como do acordo e do parecer dos diretores das escolas. Portanto, soubemos da disponibilidade para investigação nesses locais, obtendo aceitação e interesse em contribuir para a pesquisa, bem como autorização para tal. A nossa amostra coincidiu, também, com o universo dos docentes que satisfaziam os critérios de seleção: Professores de Língua Portuguesa como segunda língua (L2) de alunos surdos nas EREBAS do nosso estudo.

As entrevistas ocorreram no próprio ambiente de trabalho, nos intervalos das aulas, ou em momentos que foram indicados pelos participantes, uma vez que procuramos atender à conveniência deles. Elas foram audiogravadas e transcritas integralmente, buscando retratar as possíveis contribuições para o desempenho escolar do aluno surdo a partir da interpretação dos entrevistados. Os participantes consentiram a transcrição posterior, exceto uma professora do 1º Ciclo de uma das EREBAS, que preferiu responder por escrito



no próprio guião de entrevista da pesquisa, preservando, assim, a integridade dos enunciados produzidos.

A análise dos dados qualitativos foi construída a partir dos relatos obtidos nessas entrevistas. Para que fosse possível atingir os objetivos da pesquisa, procuramos obter informações sobre as estratégias adotadas pelos professores no Ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos, e neste artigo apresentaremos os resultados referentes a um item como já mencionado anteriormente: *Escolas de Referência para a Educação Bilíngue de Alunos Surdos (EREBAS) em Portugal: a prática e o discurso teórico no ensino da Língua Portuguesa (LP) como segunda Língua (L2)*.

RESULTADOS

Ao analisarmos as entrevistas realizadas com os Professores de LP para alunos surdos das EREBAS, vimos que ainda tem-se muito a fazer em todos os sentidos. Não estamos aqui em busca de responsáveis pelas falhas identificadas ou de minimizar a responsabilidade por não funcionar adequadamente o programa existente nas duas EREBAS visitadas. Desejamos traçar metas efetivas e viáveis a curto, médio e longo prazo para que haja integração total de todos os participantes (alunos, professores e demais profissionais inseridos na escola).

A partir da análise dos dados, passaremos a apresentar, sob a forma de quadro, as respostas encontradas nos relatos dos Professores de LP como L2 nas EREBAS pesquisadas e em seguida o Perfil dos Professores de LP como segunda Língua L2.

Quadro 1. A) Anos de experiência com alunos surdos e B) anos de experiência em Escolas de Referência para a Educação Bilíngue de Alunos Surdos (EREBAS)

Quantidade de Professores (P)	1. A) Anos de experiência com alunos surdos	1. B) Anos de experiência em EREBAS
1 P1	8	3
2 P2	1a vez	1º ano
3 P3	1a vez	1º ano
4 P4	1a vez	1º ano
5 P5	24	5
6 P6	1a vez	1º ano
7 P7	1a vez	1º ano
8 P8	15	4
9 P9	18	3
10 P10	19	5
11 P11	13	5
12 P12	36	5

Para compor este quadro foram realizadas as seguintes perguntas aos 12 (Doze) Professores de LP como L2: Qual sua experiência como docente na educação de alunos surdos?, Quais os níveis de escolaridade que já lecionou? Quantos anos de experiência com alunos surdos? E qual é sua experiência como Professor de LP em Escolas de Referência para a Educação Bilíngue de Alunos Surdos (EREBAS)?. Passamos agora a apresentação das respostas dos Professores de LP entrevistados.

1. A) Anos de experiência com alunos surdos

CATEGORIAS	NÚMERO DE PROFESSORES DE LP PARA ALUNOS SURDOS
Experiência com alunos surdos (anos de contato: 8 a 36 anos)	7 (P1, P5, P8, P9, P10, P11 e P12): 3 Professores de LP da EREBAS A (P1, P5 e P12) 4 Professores de LP da EREBAS B (P8, P9, P10 e P11)
1ª vez em contato com alunos surdos (não tinham experiência)	5 (P2, P3, P4, P6 e P7): 3 Professores de LP da EREBAS A (P2, P3 e P4) 2 Professores de LP da EREBAS B (P6 e P7)
TOTAL	12



Conforme podemos perceber no Quadro 1.a) anos de experiência com alunos surdos, dos 12 Professores entrevistados, 5 (cinco) Professores de LP (P2, P3, P4, P6 e P7) relataram estarem tendo contato com alunos surdos pela primeira vez, ou seja, estavam aprendendo a lidar com alunos surdos no ano letivo de (2011/2012) nas duas EREBAS (A e B) envolvidas com a pesquisa doutoral. Portanto, 41,66% dos Professores de Língua Portuguesa não tinham experiência com alunos surdos em Escolas de Referência para a Educação Bilíngue de Alunos Surdos (EREBAS). Sendo 3 Professores de LP da EREBAS A (P2, P3 e P4) e 2 Professores de LP da EREBAS B (P6 e P7).

Conforme relato dos Professores de LP a seguir:

P2: “Apesar de estar aqui, há 03 anos, nunca tinha trabalhado com um modelo deste gênero, este é o primeiro ano”.

P3: “É a primeira vez e o primeiro ano que leciono para alunos surdos nesta Escola. Ano passado (2010) fizeram o Projeto e este ano está a se implementar (2011/2012). Eu já trabalhava na Escola, mas não trabalhava com alunos surdos. Tudo é muito recente”.

P4: “Não tenho especialização nem formação para trabalhar com esses alunos, conhecimento zero e fiquei com esses alunos para suprir a necessidade da escola, mais ou menos, como uma imposição, estar a ser o primeiro ano”.

P6: “Primeiro ano na escola e primeiro ano que leciono para alunos surdos. O meu conhecimento é muito pouco, estou a aprender e nas minhas aulas sempre conto com a ajuda de intérprete de LGP”.

P7: “A experiência é praticamente nula, por que eu cai aqui de para-quedas posso dizer assim em finais de agosto de 2011, fui colocada cá e não tinha qualquer tipo de conhecimento para trabalhar com alunos surdos. O primeiro contato não foi fácil, mas estou a aprender. Eu não sabia minimamente que tipo e em que linguagem eles percebiam”.

O Decreto-lei nº 3/2008 advoga no ponto 2 que

“a concentração dos alunos surdos, inseridos numa comunidade linguística de referência e num grupo de socialização constituído por adultos, crianças e jovens de diversas idades que utilizam a LGP, promove condições adequadas ao desenvolvimento desta língua e possibilita o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem em grupos ou turmas de alunos surdos, iniciando-se este processo nas primeiras idades e concluindo-se no ensino secundário”.

Ainda assim, apesar de concordar com o Decreto, observamos que 5 (cinco) Professores de LP (P2, P3, P4, P6 e P7) das EREBAS envolvidas não



estejam totalmente numa real situação de envolvimento linguístico, pois, muitas vezes, isso só acontece quando os surdos se encontram e convivem com os seus pares surdos nos recreios, nas aulas, por exemplo, ou na presença de formadores/intérpretes e de alguns Professores proficientes na LGP dentro da sala de aula.

Como já foi dito anteriormente, delimitamos alguns objetivos específicos para a pesquisa doutoral e um deles foi: conhecer os critérios de seleção do profissional para atender a demanda de alunos surdos em EREBAS; Portanto, nas EREBAS (A e B) 5(cinco) Professores de LP que não tinham experiência com alunos surdos e nem experiência em trabalhar com a Proposta Educacional Bilíngue para alunos surdos foram selecionados sem critérios específicos relacionados a Educação de alunos surdos e suas especificidades linguísticas cumprindo portanto, a demanda/necessidade da Escola. Os 5 Professores de LP (P2, P3, P4, P6 e P7) eram Professores com Licenciatura em Português/Francês (P2, P3, P4 e P7) e um Professor com Licenciatura em Português/Inglês (P6), mas em relação a experiência na educação de alunos surdos os 5 (cinco) Professores não tinham nenhuma habilitação profissional específica para atuar com alunos surdos em sala de aula.

Segundo Almeida e colaboradores (2009), em setembro de 2009, existiam 4.779 docentes de Educação Especial distribuídos por agrupamento de escolas mediante levantamento das necessidades educativas dos alunos. Esses docentes constituíram-se como um Grupo Disciplinar, com autonomia e estatuto próprio, à semelhança das disciplinas restantes. A partir daí, as Escolas de Referência recebiam os alunos com deficiência sensorial, dentre elas, a surdez, concentrando, assim, os recursos técnicos e humanos para que os alunos tivessem acesso ao currículo comum (Rodrigues & Nogueira, 2011). Devido a isso, no mesmo ano (2009), já havia 10 agrupamentos de Escolas de

ESCOLAS DE REFERÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE ALUNOS
SURDOS EM PORTUGAL: A PRÁTICA E O DISCURSO TEÓRICO NO
ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA

Karla Patrícia R. da Costa-Beyer
Orquídea Coelho
José Alberto Correia



Referência para a Educação Bilíngue de Alunos Surdos (EREBAS). As entrevistas foram concedidas entre novembro de 2011 e Março de 2012 conforme já dito e encontramos no corpo docente, dos 7 (sete) Professores que apresentaram ter experiência com alunos surdos e experiência em EREBAS, apenas 2 (duas) Professoras tinham Licenciatura específica para atuar com alunos surdos além de Pós-graduação: Na EREBAS A, uma Professora (P12) com Licenciatura específica em Educação Especial e uma outra Professora (P9) com Licenciatura em Deficiência auditiva do 1º ciclo na EREBAS B. O que significa ainda um número pouco representativo de Professores com habilitação profissional específica (Graduação em Educação Especial/Deficiência auditiva no 1º ciclo) com formação (Pós-graduação) em relação a Educação de alunos surdos.

Segundo a alínea “a” do nº 2 do Artigo 4º do Decreto-Lei nº3/2008, as Escolas de Referência para a Educação Bilíngue de Alunos Surdos (EREBAS) constituem uma resposta educativa especializada desenvolvida em agrupamentos de escolas ou escolas secundárias que concentram alunos surdos numa escola, em grupos ou turmas de alunos surdos. Essas respostas permitiam educar no Ensino Regular alunos com condições mais graves de deficiência, que tradicionalmente eram encaminhados para instituições.

É interessante salientar que, de acordo com os artigos 7º e 28º desse mesmo Decreto-Lei nº3/2008, devem fazer parte da equipe “Docentes com formação especializada em educação especial, na área da surdez, competentes em LGP (**docentes surdos e ouvintes dos vários níveis de educação e ensino**), com formação e **experiência no ensino bilíngue de alunos surdos (grifo nosso)**; Docentes surdos de LGP (Língua Gestual Portuguesa); Intérprete de LGP; Terapeutas da Fala” (...). Isso permite que “A docência dos grupos ou turmas de alunos surdos [seja] assegurada por

ESCOLAS DE REFERÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE ALUNOS
SURDOS EM PORTUGAL: A PRÁTICA E O DISCURSO TEÓRICO NO
ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA

Karla Patrícia R. da Costa-Beyer
Orquídea Coelho
José Alberto Correia



docentes surdos e ouvintes com habilitação profissional para lecionar aqueles níveis de educação e ensino, competentes em LGP e com formação e experiência no ensino bilíngue de alunos surdos”.

Na prática, dos 12 (Doze) entrevistados encontramos 7(sete) Professores de LP (P1, P5, P8, P9, P10, P11e P12), ou seja, 58,33% dos Professores de LP entrevistados estão de acordo com o Decreto-Lei nº 3/2008, com muitos anos de experiência para atuar com alunos surdos. Os Professores de LP que apresentaram entre 8 a 36 anos tinham contato com alunos surdos. Teoricamente, esse decreto-lei constitui, pois, um grande avanço na forma como se esperava que fosse a Educação dos Alunos Surdos. No entanto, a prática ainda não reflete a teoria, surgindo continuamente problemas causados pela ausência de domínio da LGP (Língua Gestual Portuguesa) por parte dos Professores que trabalham com alunos surdos, falta de formação pedagógica dos formadores surdos e continuação das mesmas representações sobre essa população (Gomes, 2010).

A seguir mostraremos quantos Professores de LP tinham experiência em EREBAS desde a criação em 2008 até Março de 2012, período em que as entrevistas foram concedidas.

1.B) Anos de experiência em Escolas de Referência para a Educação Bilíngue de Alunos Surdos (EREBAS)

CATEGORIAS	NÚMERO DE PROFESSORES DE LP PARA ALUNOS SURDOS
Experiência em EREBAS (criação até Março/2012: 3 a 5 anos)	7 (P1, P5, P8, P9,P10, P11 e P12)
1ºano de experiência em EREBAS (nenhuma experiência)	5 (P2, P3, P4, P6 e P7)
TOTAL	12



No quadro acima exposto diz respeito à experiência em EREBAS, ou seja, quantos Professores de LP tinham experiência em trabalhar com a Proposta Educacional Bilíngue em Escolas de Referência para a Educação Bilíngue de Alunos Surdos e observamos que houve 58,33% dos Professores com anos de experiência em EREBAS. Assim, 7 Professores de LP (P1, P5, P8, P9, P10, P11 e P12) tinham entre 3 a 5 anos de experiência em EREBAS. Vale ressaltar que levamos em consideração os anos contabilizados desde a criação das EREBAS em 2008 até Março de 2012 quando as últimas entrevistas foram concedidas, já dito anteriormente. As EREBAS foram criadas em 2008 a partir do Decreto-lei nº3/2008 e as duas EREBAS pesquisadas (A e B) receberam o estatuto de estabelecimento de ensino de referência para o ensino bilíngue de alunos surdos em: EREBAS A no dia 11 de abril de 2008, embora já houvesse essa proposta educacional desde as décadas anteriores e a EREBAS B também em 2008 foi considerado um agrupamento de referência para a educação bilíngue de alunos surdos.

A seguir os trechos da entrevista com os Professores de LP a respeito dos anos de experiência em EREBAS:

P1: “Faz três anos que trabalho com a proposta educacional desta EREBAS”.

P5: “Exerço na EREBAS desde a sua criação, 4 anos completos, sendo este o 5º”.

P8: “Gosto da forma de trabalhar desta proposta educacional, que é bilíngue, estou aqui faz 4 anos”.

P9: “Há 3 anos que trabalho em EREBAS por que acho a proposta da escola de referência boa para trabalhar com alunos surdos”.

P10: “Há cerca de 5 anos por que antes não havia esta forma de trabalhar (referência para a educação bilíngue). Aqui nós temos alunos surdos integrados e alunos surdos em turma bilíngue. Até então estava a trabalhar com alunos surdos integrados, só este ano que estou a trabalhar com alunos surdos em turma bilíngue”.

P11: “Desde a criação do agrupamento como referência para a educação bilíngue de alunos surdos”.

P12: “Desde a criação das EREBAS fui titular de várias turmas bilíngues do 1º ciclo, portanto há 5 anos”.

Quanto mais experiente for o corpo docente, mais será a qualidade do ensino em relação à educação de alunos surdos é o que pudemos perceber na

conversa com os 7 (sete) Professores de LP com experiência em trabalhar com a Proposta educacional bilíngue para alunos surdos em Escolas de Referência para a Educação Bilíngue de Alunos Surdos (EREBAS).

É importante também dizermos que os 7 (sete) Professores de LP com experiência em EREBAS são os profissionais que conhecem a Proposta educacional bilíngue e o seu significado para atuar em sala de aula.

Reafirmando nossa pretensão comunicada desde o início deste trabalho, no momento em que nos propusemos trabalhar com esse tema, sabíamos que iríamos encontrar muitas dificuldades, devido aos diversos fatores presentes no contexto.

A partir dos dados que registramos, pudemos traçar um perfil desse grupo, apresentado no seguinte quadro:

Perfil dos Professores de Língua Portuguesa (LP) como 2ª Língua (L2) para Alunos Surdos em EREBAS

Quantidade de Professores	Formação específica para atuar com alunos surdos	Anos de experiência com alunos surdos	Anos de experiência em EREBAS	EREBAS	Ciclo	Nível de escolaridade dos alunos surdos	Nível proficiência em LP dos alunos surdos	Quantidade de alunos surdos por nível de proficiência em LP	Habilitação em LGP	Participação do formador / intérprete em LGP	Utilização dos Programas de LP*
1	Licenciatura Especialização Educação especial Mestrado e Doutorado em Ciências de Educação	8	3	A	2º 3º	6º 7º	A1 A2	3 4	Não	Sim	Projeto - Escola de literacia
2	Licenciatura Português / Francês do Ensino básico	1	1	A	2º	6º	A2	3	Não	Sim	QECEL
3	Licenciatura Português / Francês do Ensino básico	1	1	A	3º	5º 7º	A1 A2	4 4	Não	Sim	QECEL
4	Licenciatura Línguas Modernas Português / Francês	1	1	A	2º	6º	B1	3	Não	Sim	PLP como 1ª língua
5	Licenciatura Ensino básico Especialização em deficiência auditiva e problemas de linguagem	24	5	A	1º	3º	A1	5	Sim	Não	PL2 com adaptações
6	Licenciatura Português / Inglês do Ensino básico	1	1	B	2º 3º	5º 9º	A2 B1	4 4	Não	Sim	PL2 com adaptações
7	Licenciatura Português / Francês	1	1	B	2º 3º	6º 7º	Níveis de literacia variados**	2 7	Não	Sim	PL2 com adaptações
8	Pós-Graduação em Surdez	15	4	B	1º	3º 4º	A2	7	Sim	Sim	PL2 com adaptações
9	Licenciatura em deficiência auditiva do 1º Ciclo	18	3	B	1º	1º 2º	A1	6	Sim	Tem formadora em LGP	PL2 com adaptações
10	Licenciatura em Ensino básico Especialização em Surdez	19	5	B	1º	2º	Níveis de literacia variados	4	Sim	Tem formadora em LGP	PL2 com adaptações
11	Licenciatura de Ensino básico Especialização em Surdez Coordenação Representante dos serviços de apoio educativo	13	5	B	2º 3º	5º 7º	A1 A2	2 2	Não	Sim	PL2 com adaptações
12	Licenciatura em Educação especial Mestrado e Doutorado em Educação especial Psicologia	36	5	A	1º	3º	A1	6	Sim	Não	PL2 com adaptações

ESCOLAS DE REFERÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE ALUNOS SURDOS EM PORTUGAL: A PRÁTICA E O DISCURSO TEÓRICO NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA

Karla Patrícia R. da Costa-Beyer
 Orquídea Coelho
 José Alberto Correia



Passaremos agora, portanto descrever cada item que consta no quadro: Perfil dos Professores de Língua Portuguesa (LP) como 2ª Língua (L2) para Alunos Surdos conforme acima exposto. E a partir daí é que pudemos traçar o perfil dos Professores de LP como L2 entrevistados para a pesquisa doutoral.

Os itens selecionados para compor a tabela com o perfil dos Professores de LP como L2 foram:

- Quantidade de Professores de LP como L2 para atuar em sala de aula com alunos surdos em EREBAS,
- Formação específica para atuar com alunos surdos,
- Anos de experiência com alunos surdos,
- Anos de experiência em EREBAS
- Quantidade de EREBAS envolvidas para esta pesquisa doutoral,
- Os ciclos que os Professores de LP como L2 lecionavam nas EREBAS,
- Nível de escolaridade dos alunos surdos,
- Nível de Proficiência em LP dos alunos surdos,
- Quantidade de alunos surdos por nível de Proficiência em LP nas EREBAS pesquisadas,
- Habilitação em LGP,
- Participação do Formador e/ou intérprete em LGP
- E por fim, utilização dos Programas de LP: Projeto-escola de Literacia (com adaptações ao Programa oficial do MEC/PT, PLNM); o Programa QECRL, o PLP como 1ª Língua com algumas adaptações e o Programa de Língua Portuguesa como segunda Língua (PL2) com adaptações.

Assim, traçamos o Perfil dos Professores de Língua Portuguesa (LP) como segunda Língua (L2), selecionamos o primeiro item da tabela como a quantidade de Professores de LP como L2, portanto a quantidade foi de 12 Professores de Língua Portuguesa (LP) como segunda Língua (L2) para alunos surdos em EREBAS em duas Cidades do Norte de Portugal, assumindo, portanto, a perspectiva bilíngue de Educação de alunos surdos. Denominamos cada um pela letra “P”(Professor) seguido de um número, então temos P1 a P12. Vale ressaltar que dos doze (12) Professores apenas um (1) Professor de LP era do sexo masculino, o restante do grupo era composto pelo sexo feminino. Selecionamos 6 Professores de LP da EREBAS A que lecionavam do



1º ao 3º ciclos (P1, P2, P3, P4, P5 e P12) e 6 Professores de LP da EREBAS B que também lecionavam do 1º ao 3º ciclos (P6, P7, P8, P9, P10 e P11).

Com formação específica para atuar com alunos surdos, a tabela nos mostra que 7 (sete) Professores de LP (P1, P5, P8, P9, P10, P11 e P12) apresentaram formação para atuar com alunos surdos. Na EREBAS A, uma (01) Professora (P1) possuía especialização em Educação Especial, mestrado em Ciências da Educação e doutoranda em Ciências da Educação (esta Professora nos concedeu a entrevista em Novembro/2011 e a defesa pública da tese foi em Fevereiro/2012). Essa Professora (P1) elaborou o Projeto-escola de literacia (Capacidade de ler e de escrever ou de interpretar o que se escreve em Língua Portuguesa) juntamente com o Coordenador do Departamento de Educação Especial da EREBAS A. Havia ainda nessa EREBAS 2 (duas) Professoras do 1º ciclo (P5 e P12) com especialização em deficiência auditiva, além de mestrado e doutorado em Educação Especial. Na EREBAS B, existiam quatro (04) Professoras (P8, P9, P10, P11) com Pós-graduação em surdez, Licenciatura em deficiência auditiva do 1º ciclo e especialização em surdez para atuar com alunos surdos.

Em relação ao item da tabela sobre anos de experiência com alunos surdos e anos de experiência para atuar como docente de LP como L2 em EREBAS foi bastante variado. Os Professores apresentaram-se da seguinte forma:

P1: tinha 8 (oito) anos com ensino para alunos surdos e em EREBAS fazia 3 (três) anos, participou da elaboração do Projeto-escola de Literacia juntamente com o Coordenador do Departamento de Educação Especial da EREBAS A.

P2: apesar de ter 03 anos que trabalhava em EREBAS apenas no ano letivo (2011/2012) é que iniciou o trabalho com alunos surdos na proposta educacional bilíngue e com a utilização do Programa QERCL, portanto não tinha experiência com o ensino para alunos surdos. Esta Professora nos concedeu a entrevista em Fevereiro/2012 e o ano letivo terminava em Junho/2012, ou seja, ela completaria um (1) ano trabalhando com alunos surdos na Proposta Educacional Bilíngue exigida pela Escola de Referência em Junho de 2012.



- P3: Primeiro ano com ensino para alunos surdos e em EREBAS
P4: Primeiro ano com ensino para alunos surdos e em EREBAS
P5: tinha 24 anos com ensino para alunos surdos e em EREBAS cerca de 5 anos desde a criação.
P6: Primeiro ano com ensino para alunos surdos e em EREBAS
P7: Primeiro ano com ensino para alunos surdos e em EREBAS
P8: tinha 15 anos com ensino para alunos surdos e em EREBAS desde a criação em 2008. Esta Professora concedeu-nos a entrevista, mas não aceitou gravarmos a conversa, então respondeu as perguntas no próprio Guião de inquérito de entrevista aplicada aos Professores de LP como segunda língua (L2) para alunos surdos.
P9: tinha 18 anos com ensino para alunos surdos e em EREBAS cerca de 3 anos.
P10: tinha 19 anos com ensino para alunos surdos e em EREBAS cerca de 5 anos.
P11: 13 anos com ensino para alunos surdos e em EREBAS desde a criação em 2008, além de Coordenação no período do Projeto educativo (2010-2014) da EREBAS B e Representante dos Serviços Especializados de Apoio Educativo.
P12: tinha 36 anos com ensino para alunos surdos e em EREBAS desde a criação das EREBAS em 2008 foi titular de várias turmas bilíngues do 1º ciclo.

Em seguida o item foi quantidade de EREBAS, assim selecionamos duas (02) Escolas de Referência para a Educação Bilíngue de Alunos Surdos (EREBAS) no Norte de Portugal que as denominamos de A e B. É relevante informar que as duas EREBAS tinham estatuto de Escolas de Referência desde 2008, muito embora a EREBAS A já funcionasse como tal bem antes da oficialização no Decreto-Lei nº3/2008 pelo Ministério de Educação de Portugal em 2008.

No item ciclos, os Professores davam aulas no 1º, 2º e 3º ciclos. Na EREBAS A era composto por uma Professora (P1) no 2º ciclo e 3º ciclo, 2 (duas) Professoras (P5 e P12) no 1º ciclo, 2 (duas) Professoras (P2 e P4) no 2º ciclo e uma Professora (P3) no 3º ciclo. E na EREBAS B tinha 3 (três) Professoras (P8, P9 e P10) no 1º ciclo, um Professor (P6) no 2º ciclo e duas Professoras (P7 e P11) nos 2º e 3º ciclos.

No item nível de escolaridade dos alunos surdos, existiam alunos surdos matriculados do 1º ao 9º ano. A EREBAS A possuíam, até o momento da entrevista, 11 alunos surdos no 1º Ciclo e 33 alunos surdos no 2º e no 3º Ciclos, e na EREBAS B havia 38 alunos surdos: 17 alunos surdos (1º Ciclo) e



21 alunos surdos (2º e 3º Ciclos). Sendo assim a quantidade de alunos surdos era na EREBAS A de 44 alunos, por nível de Proficiência de Língua Portuguesa, período em que a entrevista foi concedida (Novembro de 2011 a Março de 2012). Já na EREBAS B foram de 38 alunos surdos por nível de Proficiência de Língua Portuguesa.

Já em relação ao item da tabela, nível de Proficiência de Língua Portuguesa dos alunos surdos, havia alunos surdos com nível A1 (básico), A2 (intermediário), B1 (avançado), além de alguns alunos surdos com níveis de Literacia variados segundo informações colhidas na entrevista com os Professores. Então, na EREBAS A, existiam duas (02) Professoras (P1 e P3) que tinham em sala de aula alunos surdos no nível A1 e A2, uma (1) Professora (P2) só com o nível A2, uma (1) professora (P4) só com o nível B1 e duas (02) Professoras (P5 e P12) com alunos surdos com nível de proficiência só A1.

Já na EREBAS B havia uma (1) Professora (P9) com alunos surdos só no nível A1, uma (1) Professora (P8) só com alunos surdos no nível A2, um (1) Professor (P6) com alunos surdos nos níveis A2 e B1, uma (1) Professora (P11) com alunos surdos de níveis A1 e A2 de proficiência em LP e duas (02) Professoras (P7 e P10) com alunos surdos de níveis de literacia variados. Entende-se por Literacia, a capacidade para ler, escrever e interpretar textos em Língua Portuguesa. A Professora (P10) tinha uma turma bilíngue com 04 alunos surdos no 2ºano com a 1ª Língua, a LGP, os alunos surdos tinham níveis diferentes de literacia, ou seja, em relação à Proficiência em LP, na modalidade escrita (ler, escrever e interpretação de textos), os alunos surdos apresentavam-se de formas diferentes ao ler, escrever e interpretar os diversos textos apresentados em Língua Portuguesa na sala de aula. A Professora (P7) tinha alunos surdos oralizados com uso de aparelho auditivo de amplificação



sonora individual (AAASI) que podiam ler o que escreviam, mas não compreendiam a ideia central do texto e alunos surdos com implante coclear que também conseguiam ler alguns textos, escreviam e interpretavam com dificuldades segundo as normas culta da Língua Portuguesa (regras gramaticais) de acordo com informações relatadas na ocasião da entrevista.

O item quantidade de alunos surdos por nível de Proficiência de Língua Portuguesa era na EREBAS A de 44 alunos, período em que a entrevista foi concedida (Novembro de 2011 a Março de 2012). P1 tinha no A1 (9 alunos surdos) e no A2 (4 alunos surdos), P2 tinha no A2 (9 alunos surdos), P3 tinha no A1 (4 alunos surdos) e no A2 (4 alunos surdos), P4 tinha no nível B1 (3 alunos surdos), P5 tinha no nível A1 (5 alunos surdos) e P12 tinha no nível A1 (6 alunos surdos). Já na EREBAS B foram de 38 alunos surdos por nível de Proficiência de Língua Portuguesa sendo organizados da seguinte forma: P6 tinha no nível A2 (4 alunos surdos) e B1 (4 alunos surdos), P7 tinha níveis de literacia variados informou-nos na entrevista que no 6º ano eram 2 alunos surdos e no 7º ano tinha 07 alunos surdos. P8 tinha no nível A2 (7 alunos surdos), P9 tinha no nível A1 (6 alunos surdos), P10 tinha (4 alunos surdos) níveis de literacia variados numa turma bilíngue e P11 tinha no nível A1 (2 alunos surdos) e no nível A2 (2 alunos surdos).

Em seguida na tabela com o Perfil dos Professores de LP como L2 também consta o item habilitação em LGP. Dos 12 Professores de LP pesquisados apenas 5 (cinco) Professores de LP como L2 tinham habilitação em LGP, ou seja, tinham conhecimento suficiente da língua (L1) para o ensino da L2. Um dos requisitos para atuar em sala de aula ministrando em LGP todos os conteúdos programáticos da LP como L2. Das 5 (cinco) Professoras habilitadas em LGP, apenas duas (02) Professoras (P5 e P12) do 1º ciclo da EREBAS A realizavam todas as atividades em LGP sem auxílio do



Formador/intérprete em LGP em sala de aula. O restante do grupo, ou seja, 10 (dez) Professores de LP como L2 (P1, P2, P3, P4, P6, P7, P8, P9, P10 e P11) recorreram ao auxílio do Formador/interprete em LGP em sala de aula para a interpretação dos conteúdos programáticos da LP como L2.

Nesta tabela consta também a participação do Formador/intérprete de LGP em ação conjunta com o Professor de LP como L2 em sala de aula. Dos 12 Professores de LP entrevistados, 10 Professores de LP como L2 (P1, P2, P3, P4, P6, P7, P8, P9, P10 e P11) recorreram ao auxílio do Formador/intérprete em LGP em sala de aula para a interpretação dos conteúdos programáticos da LP como L2.

E por fim, o último item foi sobre a utilização dos seguintes Programas de LP: Projeto-escola de Literacia (com adaptações ao Programa oficial do MEC/PT, PLNM); o Programa QECRL, o PLP como 1ª Língua com algumas adaptações e o Programa de Língua Portuguesa como segunda Língua (PL2) com adaptações ao PLNM/oficial do MEC/PT. Dos doze (12) Professores de LP como L2, para o exercício da função de Professor de Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos utilizavam na ocasião da entrevista (Novembro de 2011 a Março de 2012) os seguintes Programas: Uma Professora (P1) elaborou juntamente com o Coordenador da EREBAS o Projeto-escola de Literacia com adaptação ao Programa de Língua Não Materna, o PLNM, Programa oficial do Ministério da Educação de Portugal. O QERCL (Programa Quadro Europeu Comum de Referência de Línguas) foi utilizado por duas (2) Professoras (P2 e P3), uma vez que o Programa oficial do MEC/PT ainda estava sendo adaptado à realidade do aluno (entrevista concedida em Fevereiro/2012), Uma Professora (P4) utilizava o Programa de Língua Portuguesa (PLP) como 1ª Língua para ouvintes com algumas adaptações para os alunos surdos, visto que esta Professora tinha em sala de

ESCOLAS DE REFERÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE ALUNOS
SURDOS EM PORTUGAL: A PRÁTICA E O DISCURSO TEÓRICO NO
ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA

Karla Patrícia R. da Costa-Beyer
Orquídea Coelho
José Alberto Correia



aula três alunos surdos com nível B1 de proficiência em LP e eram surdos oralizados. E por fim, (08) oito Professores de LP como L2 (P5, P6, P7, P8, P9, P10, P11 e P12) utilizaram como Programa, o Programa de Língua Portuguesa como 2ª Língua (PL2) com adaptações ao Programa de Língua Não Materna (PLNM), Programa Oficial do Ministério da Educação de Portugal/ MEC-PT.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Tudo é muito novo e sem modelo. Não há manual, não há receita. É bom ter-se receita? Acreditamos que não. Orientações, sim. E isso, para os Professores de Língua Portuguesa que atuam nas EREBAS, é uma forma de exercer seu trabalho insatisfatoriamente. Muitos deles comentaram que deveria haver a adoção de um manual, como há para os ouvintes, que contam com manual de LP, no qual há exemplos de atividades. Sem isso, há mais trabalho, mais horas de planejamento, pois os Professores não são fluentes em Língua Gestual Portuguesa (LGP)

O que é real no ensino-aprendizagem de uma língua sem a base linguística de outra como fundamento e natural na aquisição da mesma? Se a LGP deveria ser utilizada como meio para ensinar a Língua Portuguesa escrita, mas não o é de forma adequada, o que fazer?

As respostas dos professores de Língua Portuguesa nos ofereceram subsídios para compreender melhor a tessitura dos encaminhamentos que estão sendo adotados neste momento a fim de que o modelo bilíngue escolhido possa atingir os padrões de qualidade esperados para o desenvolvimento dos alunos surdos que vivenciam nas EREBAS seu processo educacional. Essas respostas, neste momento, levaram-nos às conclusões que agora passamos a apresentar.



O ensino de Língua Portuguesa (LP) como segunda Língua (L2) deve ser desenvolvido por Professor, preferencialmente, formado em Língua Portuguesa, pois, assim, terão o domínio dos pressupostos linguísticos teóricos que norteiam o trabalho. Os Professores de LP como L2 precisam ser preparados para enfrentarem o desafio de perceber as diferenças metodológicas e educacionais que envolvem o processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa como L2 para alunos surdos como sendo o caminho favorável para a efetivação da proposta educacional bilíngue oferecida pelas EREBAS. Além disso, será preciso, sobretudo, que esses Professores acreditem na proposta de educação bilíngue para alunos surdos e estejam dispostos a realizar as mudanças no ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para os alunos com surdez. Em outras palavras, a formação específica para atuar com alunos surdos é uma necessidade e, de certa forma, uma exigência. E a resposta pedagógica só será real quando pararem de pensar em formular discursos, obter fórmulas prontas e passarem a entender que o aluno surdo vê e não ouve, olha, observa e que os processos cognitivos dependem do olhar (Morgado, 2013; Coelho, 2010; Almeida e colaboradores, 2009). É preciso compreender que qualquer estratégia pedagógica voltada para o ensino da Língua Portuguesa deve, em primeiro lugar, ser pensada com o objetivo de aproveitarmos todo o potencial para a aprendizagem por meio do olhar, em função da interação, atenção, motivação, concentração, dando real sentido a tudo que é apresentado em Língua Portuguesa e sempre contextualizando as situações cotidianas.



Referências

- AFONSO, C. (2004). Dos discursos e das possibilidades de construção de um currículo contra-hegemônico na educação de surdos. Tese de doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- ALMEIDA, Dina (Coord.); CABRAL, Eduardo; FILIPE, INÊS & MORGADO, MARTA (2009). Educação Bilingue de Alunos Surdos: Manual de Apoio à Prática. Ministério da Educação:DGIDC.
- COELHO, O., & KLEIN, M. (Coord.).(2013). Cartografias da Surdez: Comunidades, Línguas, Práticas e Pedagogia. Porto: Livpsic.
- COELHO, Orquídea (2010). Surdez, Educação e Cidadania. Duas línguas para um caminho e para um mundo. In: Orquídea Coelho (Org.), Um copo vazio está cheio de ar. Assim é a surdez (pp.17-100). Porto: Livpsic.
- FREIRE, S., & CÉSAR, M. (2003). Inclusive ideals/ inclusive practice: How far is dream from reality? Five comparative case studies. *European Journal of Special Needs Education*, 18 (3), 341-354.
- FREIRE, S., & CÉSAR, M. (2002). Evolution of the Portuguese education system. A deaf child's life in a regular school: Is it possible child's life in a regular school: Is it possible to have hope? *Educational and Child Psychology*, 19(2), 76-79.
- GOMES, M. C. (2011). A reconfiguração Política da Educação de Surdos. *Revista: CIDTFF – Indagatio Didactica*. V,3, n 1 (número especial). Universidade de Aveiro.
- KARNOPP, L. (2004). O poder da escrita e a escrita do poder. In: LODI, A.C. et al (Org.). *Leitura e escrita no contexto da diversidade*. Porto Alegre: Mediação.
- KARNOPP, L; KLEIN, M. (2007). Narrativas sobre o fazer docente em práticas de letramento com alunos surdos. In: Anais da 29 Reunião Anual da ANPED, disponível em: www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT15-2512--Int.pdf, acesso em: 26/09/2014.
- KLEIN, Madalena. (2004). Cultura surda e inclusão no mercado de trabalho. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Org.). *A invenção da surdez: cultura, alteridade e diferença no campo da educação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC,83-99.
- LACERDA, C. B. F. de. (2002). O intérprete educacional de língua de sinais no Ensino Fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. In: LODI, A.C.B.; HARRISON, K.M.P.; CAMPOS, S.R.L. de; TESKE, O. (Orgs.) (2002). Porto Alegre: Mediação.122-129.
- ME/DGIDC (2007). Fonte: <http://www.dgidc.min-edu.pt/educacaoespecial>.
- ME/DGIDC (2009). Fonte: <http://www.dgidc.min-edu.pt/educacaoespecial>.
- MORGADO, M. (2013). Materiais Bilíngues. In: Anais do XII Congresso Internacional e XVIII Seminário Nacional do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Brasil: INES.
- PORTUGAL. Decreto-Lei 3/2008, de 7 de Janeiro. Ministério da Educação. Educação Especial. Lisboa: janeiro de 2010. Fonte: <http://www.dre.pt/>.
- QUADROS, R.M. & SCHMIEDT, M.L.P (2006). Ideias para ensinar Português para alunos surdos. Brasília: MEC; SEESP.
- RODRIGUES, D., & NOGUEIRA, J. (2011). Special and inclusive education in Portugal: facts and options. *Rev. bras. educ. espec*, 17(1), 3-20.
- SKLIAR, C. (org.). (1999). Atualidade da educação bilíngüe para surdos. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2v.
- SKLIAR, C. (1997). Sobre o currículo na educação de surdos. *Revista Espaço*, n.8, p.38-43.

ESCOLAS DE REFERÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE ALUNOS
SURDOS EM PORTUGAL: A PRÁTICA E O DISCURSO TEÓRICO NO
ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA

Karla Patrícia R. da Costa-Beyer
Orquídea Coelho
José Alberto Correia



VAZ, H. (2013). As escolas de referência para surdos: Quando a língua se configura como meio tradutor, discute-se Cidadania. In: COELHO, O. & KLEIN, M. (2013). Cartografias da Surdez. Comunidades, Línguas, Práticas e Pedagogia. Porto: Livpsic, 217-228.

Identificação dos Autores

KARLA PATRÍCIA RAMOS DA COSTA BEYER



Fonoaudióloga/UNICAP-PE, Doutora em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e em Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), especialista em Fonoaudiologia/FMUSP-USP, mestra em Ciências da Linguagem/UNICAP-PE. Tem experiência nas áreas de Fonoaudiologia escolar, reabilitação oral e/ou escrita de alunos surdos, leitura e escrita, atuando principalmente na educação bilíngue de alunos surdos, LIBRAS, Língua Portuguesa (LP) como segunda Língua (L2) para alunos surdos.

Email: Karla_fono@yahoo.com.br

ORQUÍDEA MANEULA BRAGA E SOARES COELHO



Mestre e Doutora em Ciências da Educação, Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), Membro do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) desenvolve a sua atividade de investigadora, bem como parte da docência e orientação de trabalhos académicos (Doutoramentos, Mestrados e Pós-graduações), no âmbito da Surdez e da Educação de Surdos, áreas nas quais conta com diversos trabalhos publicados e comunicações apresentadas, em Portugal e no estrangeiro.

CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto (Porto/Portugal), Rua Alfredo Allen, 4200-135 Porto, Portugal,
E-mail: orquidea@fpce.up.pt

JOSÉ ALBERTO DE AZEVEDO E VASCONCELOS CORREIA



Mestre e Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Bordeaux II, França, Professor catedrático e diretor da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Membro do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) desenvolve a sua atividade de investigador, bem como parte da docência e orientação de trabalhos académicos (Doutoramentos, Mestrado e Pós-graduações), no âmbito de Políticas educativas; Educação e trabalho; formação de professores, áreas nas quais com Projetos e diversos trabalhos publicados em Portugal e no estrangeiro.

E-mail: correia@fpce.up.pt

ESCOLAS DE REFERÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE ALUNOS
SURDOS EM PORTUGAL: A PRÁTICA E O DISCURSO TEÓRICO NO
ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA

Karla Patrícia R. da Costa-Beyer
Orquídea Coelho
José Alberto Correia